

**TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E "SERVIÇO SOCIAL": ELEMENTOS PARA O DEBATE
ACERCA DA RELAÇÃO DA PROFISSÃO COM A "QUESTÃO AMBIENTAL"**

**SOCIETY TRANSFORMATION AND "SOCIAL SERVICE": ELEMENTS FOR THE DEBATE
ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN THE PROFESSION AND THE "ENVIRONMENTAL
ISSUE"**

Adriana Carla de Jesus Pereira¹
Ana Paula do Nascimento Santos²

Resumo: Este artigo trata de reflexões acerca das relações entre Serviço Social e "questão ambiental". Tendo aporte na abordagem teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, apresenta uma discussão acerca das transformações societárias nos marcos do sistema capitalista que, historicamente, estão direcionadas para a destrutividade do meio ambiente enquanto parte da sua essência movida pela expansão, acumulação e concentração de riquezas. Diante de um cenário de dilapidação da natureza, no contexto da crise de 1970, a "questão ambiental" adquire relevância e espaço na agenda governamental e de diversos setores da sociedade civil, todos com um bem comum: salvar o planeta. É no curso das transformações sociais capitalistas frente a necessidade de retomar altas taxas de lucro que estratégias para enfrentar as problemáticas ambientais são formuladas. A educação ambiental tem centralidade no conjunto destas estratégias, requisitando profissões para atuar em seus processos educativos, dentre elas, o Serviço Social. O terreno da "questão ambiental" é desafiador, tendo em vista que o discurso hegemônico que a norteia é conservador, o que põe desafios à profissão, seja no campo de intervenção seja no da produção de conhecimentos. No entanto, põe possibilidades para a profissão desenvolver uma atuação e reflexões críticas apoiadas no projeto ético-político, de modo a se contrapor à barbárie do capitalismo.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão ambiental. Capitalismo.

Abstract: This article deals with reflections on the relationship between Social Work and the "environmental issue". Based on the theoretical-methodological approach of historical and dialectical materialism, it presents a discussion about the societal transformations in the framework of the

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-graduação em Assistência Social e Saúde Pública pela FAVENI. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas - GEPEM/UFS. ORCID: 0009-0001-6442-6612. Link do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4227497961175138>. E-mail: adrycarla1210@gmail.com.

² Técnica de Informática - IFS. Assistente Social. Graduação em Serviço Social - Centro Universitário UniAGES. Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Faculdade Futura. MBA em Gestão de Departamento Pessoal e Relações Trabalhistas - Centro Universitário UNIDOMBOSCO - EAD - GRUPO SEB. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas - GEPEM/UFS. ORCID: 0009-0000-2552-9849. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8094083676270330>. E-mail: ana.paula.ns.1995@gmail.com.

Artigo submetido em: 28 de outubro de 2022.

Artigo aceito em: 17 de fevereiro de 2023.

p. 266-285. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202313>

capitalist system that, historically, are directed towards the destructiveness of the environment as part of its essence moved by the expansion, accumulation and concentration of riches. Faced with a scenario of dilapidation of nature, in the context of the 1970 crisis, the "environmental issue" acquires relevance and space on the governmental agenda and of various sectors of civil society, all with a common good: saving the planet. It is in the course of capitalist social transformations facing the need to recover high rates of profit that strategies to face environmental problems are formulated. Environmental education is central to these strategies, requiring professions to act in their educational processes, among them, Social Work. The terrain of the "environmental issue" is challenging, given that the hegemonic discourse that guides it is conservative, which poses challenges to the profession, whether in the field of intervention or in the production of knowledge. However, it puts possibilities for the profession to develop an action and critical reflections based on the ethical-political project, in order to oppose the barbarism of capitalism.

Keywords: Social Work. Environmental issue. Capitalism.

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas no presente artigo surgiram a partir de discussões realizadas no âmbito da disciplina de "Fundamentos do Serviço Social", componente curricular do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) cursada no primeiro semestre de 2022, especificamente dos debates realizados acerca dos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais.

Partindo dos elementos suscitados no decorrer da disciplina, assim como do processo de constituição do escopo teórico da pesquisa de mestrado em andamento, cujo objeto versa sobre as interfaces entre desmatamento e conflitos socioambientais no contexto do governo de Jair Bolsonaro, a finalidade deste artigo visa refletir sobre alguns elementos acerca das profícuas relações entre Serviço Social e "questão ambiental".

A temática ambiental vem demandando o Serviço Social, de maneira mais expressiva a partir dos anos 2000, particularmente considerando o processo de regulação da gestão pública do meio ambiente que busca ajustar as ações empresariais, operacionalizadas desde a década de 1970, ao marco regulatório inaugurado pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). No campo da pesquisa científica, destaca-se que a produção de conhecimentos sobre a temática ambiental a profissão vem construindo significativas contribuições, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, para apreendê-la como particularidade social e historicamente determinada, produto da sociabilidade capitalista, alinhando, dessa forma, às discussões ao

projeto ético-político da profissão na defesa de um meio ambiente socialmente equilibrado e igualdade no usufruto das riquezas naturais.

Enquanto espaço sócio-ocupacional, as políticas ambientais vêm demandando o Serviço Social nos marcos das mudanças do capitalismo contemporâneo, tendo em vista que esta área adquiriu destaque nas últimas décadas, em razão dos índices globais de deteriorização da natureza e tendências de finitude dos seus recursos. A forma através da qual a humanidade vem se apropriando dos recursos da natureza, torna-se preocupação tanto sob a ótica dos setores do capitalismo que buscam formular estratégias para o enfrentamento das problemáticas ambientais, quanto da classe trabalhadora através, especialmente, de movimentos ambientalistas com pautas que contribuem para maximizar críticas e lutas contra o modelo de sociedade destrutivo comandado pelo capitalismo, o qual põe em xeque as condições de habitabilidade no planeta.

Mota e Amaral (2014) sinalizam que as mudanças sociais produzem novas requisições para o Serviço Social, ampliando-se seus espaços de intervenção, modificam as condições de trabalho e põem a necessidade de incorporar elementos teóricos para adensar o processo formativo e a intervenção profissional (neste movimento os espaços sócio-ocupacionais são determinados). É nesta dinâmica das transformações da sociabilidade burguesa que o Serviço Social se insere nas práticas e discussões ligadas ao meio ambiente.

Metodologicamente, as discussões delineadas neste artigo decorrem de uma pesquisa bibliográfica e baseiam-se no método materialismo histórico e dialético legado pelo teórico Karl Marx. Pretende-se que este artigo sirva de instrumento crítico para estudantes, profissionais de Serviço Social e demais estudiosos/as da temática, que possa proporcionar maior visibilidade e incentivar o aprofundamento das discussões. Para atingir o objetivo proposto, além desta introdução e considerações finais, o artigo está estruturado em dois itens: o primeiro objetiva expor elementos cruciais para compreender a lógica destrutiva do sistema capitalista e a conformação da "questão ambiental", no segundo item serão apresentados alguns aspectos acerca da aproximação do Serviço Social com a temática ambiental, de modo a destacar elementos do campo da intervenção e da área da produção do conhecimento.

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A "QUESTÃO AMBIENTAL"

Para compreender as profícuas relações entre a temática ambiental e o Serviço Social faz-se necessário, primeiramente, traçar alguns elementos fundamentais para compreender as transformações societárias ocorridas nos marcos do capitalismo e a materialidade da "questão ambiental"³ no processo contínuo de desenvolvimento das forças produtivas deste modo de produção.

Conforme argumenta Reigota (2010, p.14) meio ambiente corresponde ao "[...] lugar determinado ou percebido onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos históricos e sociais de transformação do meio natural construído". Neste sentido, é inconteste que a vida em sociedade só é possível em relação com a natureza, visto que a condição da produção e reprodução humana depende da sua relação com os recursos que a natureza dispõe (alimentos, ar, água, energia, solos férteis, etc).

Na perspectiva ontológica marxiana e marxista os homens e mulheres buscaram transformar a natureza para atender necessidades de subsistência através do trabalho. Para Marx (2011, p.149), "[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural".

O trabalho é uma atividade projetada onde a transformação da natureza objetiva criar instrumentos, objetos e produtos com valores de uso no sentido desejado pelos seres humanos, isto é, estes projetam em sua consciência (capacidade teleológica) antes de obter o resultado final. É esta capacidade que os distingue dos demais seres vivos (que agem por instinto), pois são os únicos capazes de propor finalidades de acordo com o momento histórico, modificando não apenas a natureza, mas também a si próprio. Trabalho é, portanto, atividade fundante do ser social, categoria que estrutura as "[...] relações entre os homens e a natureza e deles entre si." (ARAÚJO, 2008, p. 10).

³ A concepção de questão ambiental adotada neste artigo será a desenvolvida por Silva (2008). De acordo com a autora "questão ambiental" corresponde ao "[...] conjunto das manifestações da destrutividade da natureza - cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade - e seus desdobramentos sócio-políticos." Suas expressões mais evidentes são: "[...] o aumento da poluição do ar e da água, a destruição da camada ozônio, o acúmulo do lixo, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, o avanço da desertificação etc." (SILVA, 2008, p.134).

A relação com a natureza acompanha o desenvolvimento das relações sociais, sendo que a organização da vida produtiva da humanidade passou por diferentes fases⁴ e em cada fase a relação de homens e mulheres com a natureza ocorreu de forma distinta. Enquanto os seres humanos utilizavam a natureza para a produção de bens úteis à sua sobrevivência os níveis de degradação não configuravam uma ameaça ao equilíbrio do meio ambiente natural, visto que nas sociedades anteriores ao capitalismo o baixo nível das forças produtivas não permitiu grandes avanços no domínio da natureza.

Porém, esta relação se modifica a partir das relações sociais erigidas pelo sistema capitalista cujo traço fundamental é a propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho social e um intenso desenvolvimento das forças produtivas. Com a consolidação do capitalismo⁵ "[...] há uma ruptura do metabolismo entre homem e natureza, tendo em vista a apropriação da natureza e do trabalho como mercadorias (SILVA, 2010, p.26)".

Isto é, o trabalho como princípio da liberdade se torna uma atividade fundamentalmente mercadológica transformada numa relação entre homens que exploram e aqueles que são explorados, deixando de ser parte do processo de humanização, onde através do assalariamento é possível a satisfação das necessidades básicas.

No capitalismo a produção de valores de uso contém um valor de troca (tudo é transformado em mercadoria à venda), acrescido de valor excedente, o que implica na desenfreada produção de mercadorias, impondo uma relação entre humanidade e natureza de caráter essencialmente destrutivo, tendo em vista que o sistema de produção econômico não assegura o tempo e as condições naturalmente necessárias à recomposição da natureza, direcionando o seu esgotamento.

Os processos desencadeados pela Revolução Industrial, em meados do século XVIII na Inglaterra, são significativos para as alterações da relação humana com a natureza. A separação

⁴Comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo - vigente até então (NETTO; BRAZ, 2006).

⁵A história do capitalismo é marcada por estágios tendo em vista que "[...] mobilidade e transformação [o] constituem [...] graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é sua marca." (NETTO; BRAZ, 2006 p.169). De acordo com os autores, o primeiro estágio corresponde ao comercial datado do século XVI a meados do século XVIII, o segundo ao estágio concorrencial compreendido entre o século XVIII até final do século XIX e o atual estágio, denominado de Imperialista ou monopolista, que passou a vigorar a partir do final do século XIX. A sociedade capitalista é constituída por duas classes fundamentais: a burguesia que detém todos os meios essenciais para a produção de mercadorias e a classe trabalhadora despossuída de meios materiais e submetida a relações de trabalho cujo objetivo final é atender aos objetivos de ganhos lucrativos da burguesia e não atender plenamente suas necessidades de subsistência. Nesses moldes a produção da riqueza é cada vez mais social e sua apropriação privada.

entre agricultura e indústria é um dos fatores mais importantes da ruptura do metabolismo entre humanidade e natureza. Nas palavras de Silva (2010, p. 58),

A indústria de larga escala e a agricultura sob as bases industriais fecham um circuito de depredação da natureza e de exploração do trabalho. Se a indústria se esmera em consumir matérias-primas – portanto, fragmentos da natureza – devolve a esta os resíduos de sua produção em forma de poluentes diversos), ao mesmo tempo em que dilapida o poder do trabalho; por sua vez, enquanto a agricultura retira a força natural do solo, debilita os trabalhadores. Assim, a indústria e o comércio fornecem os meios para a agricultura exaurir o solo [...].

Assim, a Revolução Industrial significou a capacidade expansiva do sistema capitalista, impulsionando processos de urbanização, incrementos tecnológicos na produção, divisão do trabalho e produção em massa, sempre tendo como fonte os recursos da natureza para transformar riquezas naturais em mercadorias, desencadeando dois processos que afetaram o meio ambiente: o consumo de recursos naturais (matérias-primas) e a fabricação de diversos poluentes lançados na natureza.

A Revolução Industrial e o produtivismo intensificado neste contexto promoveram destrutividades no meio ambiente que no tempo presente adquire contornos cada vez mais preocupantes, tendo em vista que o capitalismo é um sistema movido pela expansão, acumulação e concentração de riquezas que no curso das transformações societárias cria formas específicas para sua valorização. Nesta direção, no final do século XIX, o capitalismo se encaminha para um novo estágio do seu desenvolvimento. Lênin (1984) atento às mudanças ocorridas aponta uma transformação qualitativa do capitalismo chamando este novo estágio de Imperialismo⁶.

O autor sinaliza que neste estágio o capitalismo se generaliza mundialmente como derivação e continuação do seu desenvolvimento. Uma das particularidades desta etapa é a concentração da produção em setores empresariais cada vez maiores, bem como no controle de diferentes ramos da produção, resultando na formação de monopólios. Outro aspecto relevante consiste na associação entre capital industrial e bancário baseada na generalização do capital portador de juros e na expansão do mercado financeiro possibilitando a oferta de crédito, ocasionando o acirramento da concentração e internacionalização do capital.

⁶ O autor salienta que para compreender o imperialismo deve-se considerar cinco traços principais: 1) organização da economia mundial a partir de monopólios; 2) Predomínio do capital financeiro; 3) Exportação de capitais; 4) Formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas; 5) Partilha territorial do mundo entre as potências capitalista (LÊNIN, 1984).

A fase imperialista exige maior produtividade e eficiência, modificando completamente a divisão internacional capitalista do trabalho, e "conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionaliza a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados" (NETTO, 1996, p.24). Mandel (1985) robustece ao argumentar que o capitalismo dos países centrais passou por algumas ondas longas e baixas de crescimento e expansão acumulando matérias-primas oriundas do meio ambiente, utilizadas descontrolada e destrutivamente, principalmente aquelas pertencentes aos países periféricos, aprofundando a troca desigual e combinada demarcando a localização destes países na divisão internacional do trabalho. Neste horizonte, acentua-se a disputa por recursos naturais, conduzidas pelos países imperialistas. Sendo assim,

[...] a degradação ambiental encontra-se mediada pela disputa entre os Estados nacionais e diretamente através de suas corporações. Este quadro de intensas competições revela uma desigualdade estrutural entre países centrais e periféricos, reafirmando-se também neste campo as disposições hierárquicas próprias de um sistema de dependência e dominação assentado na divisão internacional do trabalho (SILVA, 2010, p.91-92).

A lógica é apropriar-se dos recursos naturais de países periféricos e da força de trabalho a baixos custos para manter a ganância imperialista de acumular riquezas. Particularmente o Brasil, na sua condição periférica, possui territórios com uma abundante biodiversidade, força de trabalho barata, histórico de participação política fragilizada e legislações ambientais com muitas brechas favoráveis aos setores do capital, oferecendo condições essenciais à expansão do capitalismo. Neste sentido, os efeitos da "questão ambiental" são distribuídos de maneira desigual entre as regiões do globo, sendo os países da periferia os mais afetados.

Nos anos de 1945 até início da década de 1970, o capitalismo dos países centrais vivenciou um período vigoroso de desenvolvimento econômico com altas taxas de lucro, superando a crise de 1929, com certo padrão de proteção social sob a hegemonia keynesiano-fordista⁷ (NETTO; BRAZ, 2006). Este período, marcado por profundas transformações econômicas, geográficas e políticas, chega ao fim, e mais uma crise instaura-se. Eclode, então,

⁷ A estabilidade econômica deste período foi adquirida através da instauração do regime de acumulação fordista que permitiu a criação de uma cultura consumista, possibilitando estabilidade nos postos de trabalho por meio da política de "pleno emprego", combinado com as ideias do economista John Maynard Keynes defensor da intervenção do Estado para articular estratégias na direção de compatibilizar capitalismo e bem estar social.

a chamada crise estrutural do capital⁸ (tem como elemento deflagrador a alta de preços do petróleo) que perdura e reflete a crescente dificuldade do capital em valorizar-se, imprime um sistematizado retrocesso, principalmente à lógica social dos "trinta anos gloriosos" do capitalismo.

Em resposta a esta crise, o capital articula três principais mecanismos: neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização, repercutindo nas transformações do mundo do trabalho acompanhadas de alterações nas relações entre Estado e sociedade civil e produz mais alterações na relação humana com a natureza. Parte-se da compreensão que "na atualidade, uma das expressões mais claras da crise do capital e de seu metabolismo é a dinâmica ambiental" (ARAÚJO, et al, 2011, p.122). A "questão ambiental" é evidenciada na cena contemporânea na escassez de recursos não renováveis, aumento do aquecimento planetário, efeitos catastróficos dos dejetos industriais e diversos poluentes na atmosfera, aumento de lixo, desastres ambientais, dentre outras expressões.

O capitalismo tem uma essência contraditória e mesmo diante dessas problemáticas para recompor as taxas de lucros, lança mão de novos processos de apropriação e exploração dos recursos naturais. No que tange a estes processos, de acordo com Nunes (2018, p.32), verifica-se tanto no campo quanto na cidade a intensificação das

[...] privatizações da terra, concentração fundiária, segregação socioespacial; expansão do agronegócio e produção de *commodities* (soja, milho, minérios) que traz efeitos danosos ao ambiente natural, a exemplo da monocultura e de uso intenso de agrotóxicos; uma redução da biodiversidade e intensificação dos processos de biopirataria; consumo excessivo de recursos não renováveis; contaminação do solo e ar, desencadeada pelas indústrias; intensificação dos desastres (secas, inundações, deslizamentos de terra, etc); problemas energéticos, dentre outras problemáticas [...].

Este cenário aprofunda também a condição de subalternidade das economias periféricas, já sinalizada acima, sobremaneira afetando a vida da população mais pauperizada. Outro aspecto relevante neste movimento de formulação de estratégias para superar a crise corresponde à intensa produção de mercadorias e a descartabilidade generalizada (obsolescência programada) com o intuito de acelerar a velocidade de sua rotação, posto que a ampliação do consumo no interior da circulação é condição precípua para a realização do

⁸ A crise contemporânea assume características novas que a diferenciam das crises cíclicas do passado. Ela é estrutural, global, universal. "[...]sua escala de tempo é extensa [...]" e sua forma de aparição é "rastejante", apresentando dificuldades crescentes por parte do capital em reverter seus impactos" (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

valor. Neste horizonte, os recursos da natureza são colocados na movimentação financeira, sob o ponto de vista que,

[...] mesmo que as negociações engendradas por meio do capital fictício e pela especulação monetária não gerem diretamente mais-valia e a destruição e dilapidação ambiental, tais negociações pressionam o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), forçando o aumento desenfreado da produção e, conseqüentemente, da exploração do trabalho e dos recursos da natureza numa dimensão jamais vivenciada por qualquer outra sociedade ou estágio do capitalismo. (RAFAEL; SOUZA; SANTOS, 2012, p.165).

O movimento da expansão da produção e o processo de descartabilidade, produz impactos relevantes sobre o conjunto dos ecossistemas, sobre os quais, chama atenção Silva (2012, p. 26), "as mudanças climáticas são tão somente um dos aspectos mais discutidos" na contemporaneidade. Os grandes projetos de infraestrutura também geram impactos ambientais preocupantes, cita-se como exemplo a ruptura das barragens da mineradora Samarco, em Mariana/MG ocorrida em novembro de 2015, considerada a maior tragédia ambiental brasileira. A ruptura provocou contaminação e os dejetos de minérios possuem teor tóxico prejudiciais para o solo e para a saúde, visto que a água foi contaminada por este crime ambiental. É neste contexto de dilapidação, degradação e pilhagem do meio ambiente que a "questão ambiental", enquanto problemática global, se materializa.

Silva (2008) ressalta que na dinâmica da crise constata-se uma "revolução técnico-organizacional" contribuindo para alavancar as taxas de lucro e produtividade, utilizando-se de tecnologias da informação. Segundo Silva (2008 apud Harvey 2004), este processo configura-se "acumulação por espoliação" ou "acumulação por despossessão", sendo uma recente forma de imperialismo que cria novos mecanismos de acumulação somados aos já existentes. Destaca-se "a escalada de destruição dos recursos naturais, a degradação do planeta, inclusive com a 'mercadificação' dos recursos ambientais globais como a água, o ar e o subsolo [...]" (SILVA, 2010, p. 87).

No tocante a "mercadificação dos recursos ambientais, frisa-se a privatização das águas. Conforme aponta Gomes (2013), a cobrança de tarifas pelo uso da água, incentivado pelos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, foi instituída em países centrais e periféricos, atraindo o capital internacional em sua forma monopolista e criou uma nova área de acumulação, a mercantilização da água. A água passa, então, a ser um campo de

acumulação e também como meio produtivo favorecendo a expansão das hidroelétricas, atividades da mineração, agronegócio, agroindústria, que são degradantes e poluentes.

Os elementos expostos até o momento contribuem para compreender que os níveis preocupantes de degradação do meio ambiente estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento do capitalismo em escala global. Diante das expressões da "questão ambiental" aprofundadas com crise estrutural do capital ao mesmo tempo em que o sistema capitalista produz e reproduz o conjunto de destrutividades ambientais se empenha em atenuar suas manifestações. É neste cenário que o Serviço Social vem sendo requisitado para intervir nas demandas ambientais, onde a educação ambiental destaca-se como estratégica neste processo de investidas do capital para superar a crise, como será argumentado a seguir.

SERVIÇO SOCIAL E "QUESTÃO AMBIENTAL"

No item anterior, foram demarcados alguns aspectos substanciais para entender a lógica das relações de produção do capitalismo e suas características perdulárias frente aos recursos da natureza. Agora, este item visa abordar elementos que expressam a relação do Serviço Social com a temática ambiental.

A princípio, importante ressaltar que o Serviço Social surge no bojo da dinâmica das transformações capitalistas enquanto profissão que compõe o conjunto de especializações sócio-técnica do trabalho. Corroborar-se com Netto (1992), em sua análise acerca da gênese⁹ do Serviço Social, onde o autor argumenta que a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista põe as condições necessárias para o surgimento de um conjunto de profissões inseridas na gestão e controle da força de trabalho, frente às novas funções assumidas pelo Estado no trato político dado à "questão social",¹⁰ através de políticas sociais. Dentre elas o Serviço Social integra-se às equipes de trabalho necessárias à reprodução e manutenção do

⁹ Existem outras concepções acerca da gênese do Serviço Social. Montañó (2007) situa duas grandes perspectivas: a endogenista, segundo a qual o Serviço Social seria a "evolução, organização e profissionalização das formas anteriores da ajuda, da caridade e da filantropia [...]" (p.19-20), e a perspectiva histórico-crítica que concebe a gênese do Serviço Social em oposição a endogenista entendendo a gênese como "produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo monopolista, o Estado toma para si as respostas à "questão social" (p.30).

¹⁰ O debate aprofundado sobre esta categoria essencial para o Serviço Social está contido na obra "Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica", de Yamamoto e Carvalho.

sistema, atuando como "executores terminais de políticas sociais" (idem). Portanto, a profissão está intimamente vinculada à dinâmica da sociabilidade capitalista, na qual determinam espaços sócio-ocupacionais e revelam objetos de reflexão para a profissão expressa no campo da produção do conhecimento.

O mercado de trabalho para o Serviço Social, particularmente no Brasil, começa se consolidar a partir dos anos de 1940, contando com inúmeras vagas: no campo da saúde, destaque para o Hospital das clínicas da Faculdade de Medicina da USP; Dispensário de tuberculose da Secretaria de educação; no setor previdenciário, especificamente nas Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões; no âmbito da assistência social realizando intervenções na extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) e em centros familiares e creches; bem como vagas em "varas de menores" e "Institutos Disciplinares" da Secretaria da Justiça. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1995). Acrescido a este fato, de acordo com as colocações de Santos e Araújo (2012, p.74-75)

Entre os anos 1950 até o início dos anos 1960 o mercado de trabalho se redimensiona marcado pelas políticas desenvolvimentistas passando a contar com os campos já existentes com requisições profissionais voltadas à educação popular e trabalhos comunitários." Ainda salientam que "[...] segundo Netto (idem, p.119), em face da Ditadura Militar, "o processo de 'modernização conservadora' engendra um mercado nacional de trabalho macroscópico e consolidado para assistentes sociais. Incorporam-se novas demandas "[...] como o planejamento e administração de serviços sociais.

Neste curso, segundo Amaral e Cesar (2008), na década de 1970 a profissão inseriu-se no campo empresarial. A presença da profissão neste espaço tem relevância para compreender a aproximação do Serviço Social com as demandas ambientais, no campo da intervenção, tendo em vista que o empresariado assume papel importante no âmbito da problemática ambiental, tornada notória no contexto mundial a partir desta década. Conforme sinalizado no item anterior, nos anos de 1970 eclode a crise estrutural do capital sendo a dimensão ambiental uma das expressões mais preocupante deste novo contexto de crise. A partir de então, os debates sobre o meio ambiente tornaram-se pauta diária no cenário mundial, devido as evidências destrutivas na natureza como conseqüências do modelo de desenvolvimento engendrado pelas potências capitalistas.

A "questão ambiental" tornou-se protagonista e os organismos internacionais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), iniciaram a organização de uma série de eventos com o objetivo de estabelecer mecanismos de controle da relação

sociedade/natureza. A Conferência das Nações Unidas sobre o homem e o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, Suécia, ocorrida em 1972, é considerada um marco histórico-político no ambientalismo mundial. Até os dias atuais as conferências¹¹ desta natureza pautam assuntos acerca do aquecimento global, escassez da água potável, destinação do lixo, entre tantos outros, e tendem associar tais "[...] problemas ambientais às necessidades de seu enfrentamento pela via do combate à pobreza que seria, nesta ótica, resultante do subdesenvolvimento e principal agente causador da "degradação ambiental" (ARAÚJO; SANTOS, 2012, p.79).

A partir dos escritos das referidas autoras ressalta-se que as metas, objetivos estabelecidos e compromissos assumidos pelos países de capitalismo central e periférico, nos encontros mundiais que visam propor saídas para a degradação ambiental e reverter suas consequências para a humanidade, não tem alcançado efeitos significativos para proporcionar um meio ambiente equilibrado e igualdade no usufruto dos recursos naturais pelos diversos segmentos de classe social, tendo em vista que as propostas para tanto se acumulam ano após ano e tornam-se parte de uma dinâmica de velamento e "[...] ausência de questionamentos à racionalidade fundada pelo capital e o processo civilizatório por este desencadeado, os quais subordinam aos ditames do mercado o conjunto das forças produtivas da humanidade (SILVA, 2012, p. 16). A realidade mostra que ao mesmo tempo que o capitalismo produz e reproduz a "questão ambiental",

[...] se empenha em atenuar as suas manifestações, administrando suas contradições através do impulsionamento de programas compensatórios, lastreados pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente. O processo de administração da "questão ambiental" encontra amparo no discurso da sustentabilidade [...] (SILVA, 2008, p.118).

O capital reconhece a "questão ambiental" sob o ponto de vista que esta impõe empecilhos para a sua expansão e reprodução, tendo suas estratégias fundamentadas no chamado "desenvolvimento sustentável"¹², conceito amplamente difundido a partir do relatório

¹¹ Entre elas a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92); Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável (Rio+10); Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorre anualmente, está na 26ª edição; etc.

¹² [...] trata-se de um discurso que propala a capacidade do sistema de compatibilizar "desenvolvimento econômico e preservação ambiental", desde que indivíduos adotem posturas mais respeitosas para com a natureza. Sob o

"Nosso futuro Comum"¹³. Neste movimento, portanto, o interesse das empresas pela "questão ambiental" tem como base três conectivos: "[...] as pressões do movimento ambientalista; o esforço capitalista em busca de estratégias para superação da crise estrutural [...] e, o interesse em dirigir e gerir, segundo as suas necessidades, as formas de intervenção na "questão ambiental" (RAFAEL, 2008, p.52). O empresariado passa a disseminar uma cultura ambiental, derivada do processo de reestruturação produtiva¹⁴, assumindo um comportamento "ambientalmente responsável" enquanto estratégia para a manutenção e expansão do sistema capitalista vigente.

É neste contexto de empenho, de formulação de alternativas ao enfrentamento à "questão ambiental" que o Serviço Social passa a ser demandado a intervir nesta área. O Serviço Social é incorporado "[...] como profissão integrada aos processos de conformação de uma cultura ambiental, seja no interior das organizações empresariais, nas instituições públicas, ONGs, dentre outras." (SILVA, 2008, p.20). Nestes termos, há uma interferência no mercado de trabalho de assistentes sociais, e, dado seu perfil pedagógico a intervenção profissional está fundamentalmente direcionado para os processos de Educação ambiental. Abreu (2002, p.17) argumenta que,

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática".

Conforme aludido acima, o campo empresarial tem relevância na administração dos efeitos nefastos da produção capitalista sob a natureza, investem em atividades de educação ambiental direcionadas para a "conscientização" e responsabilização individual pelos danos ao meio ambiente e possibilidades de mitigar problemas ambientais. Ao delinear um estudo acerca

manto da responsabilidade socioambiental, os meios de comunicação enfatizam, cotidianamente, experiências bem sucedidas, iniciativas empresariais "sustentáveis", revelando uma ofensiva ideológica sem par, cujo fim é convencer a todos de que é possível superar a degradação ambiental sob o signo do capital. (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012, p.96).

¹³ <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

¹⁴ Juntamente com o neoliberalismo e a financeirização, a reestruturação produtiva compõe o tripé de estratégias para superar a crise do capital. Impõe mudanças no padrão de produtivo, através do avanço técnico e científico que introduziu a microeletrônica e a robótica. Essa nova fase de acumulação do capital é estruturada com a incorporação do modelo de produção flexível toyotista. A chamada acumulação flexível insere novas tecnologias no processo produtivo de mercadorias, baseadas no Just in time. (NETTO; BRAZ, 2011).

da inserção de assistentes sociais nos programas socioambientais de oito empresas capitalistas localizadas em Recife/PE, Rafael (2008, p.98) salienta que a intervenção profissional

[...] na área ambiental está bem próxima daquela desenvolvida em outras áreas onde atuam estes profissionais: são intervenções voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, sendo estas atreladas às tradicionais formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte à profissão.

A autora identifica que as atividades e ações desempenhadas pelos (as) profissionais estão concentradas em planejamento, monitoramento e execução de ações, voltadas para um público interno e externo, tais como: cursos, reuniões, palestras, mobilização popular para a sensibilização para o cuidado do meio ambiente, atividades voltadas para a elaboração técnica de projetos de educação ambiental, elaboração de materiais didáticos com conteúdo que visam demonstrar o uso correto dos recursos naturais; diagnóstico e acompanhamento da realidade comunitária para a viabilização de obras e projetos; monitoramento dos riscos ambientais dos funcionários e elaboração de relatórios técnicos.

O estudo aponta que o trabalho de gestão socioambiental realizado por assistentes sociais nas empresas pesquisadas está direcionado a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e na defesa dos usuários mediados pelos interesses econômicos do empresariado. Portanto, limitado quanto a instrumentalizar os segmentos da classe trabalhadora a questionar e tecer críticas ao modelo desenfreado de produção capitalista que tende destruir a natureza e as formas de existência no planeta, a fim de garantir efetivas condições de vida pautadas no acesso ao meio ambiente equilibrado e justiça na distribuição da riqueza socialmente produzida.

A educação ambiental está inserida na teia de contradições da sociedade capitalista e ocupa centralidade no conjunto de ferramentas ao enfrentamento à "questão ambiental". É utilizada para propagar uma nova relação ética entre humanidade e natureza, desenvolvendo práticas consideradas educativas direcionadas à "conscientização" e responsabilização dos indivíduos sobre as causas e hábitos que possibilitem minimizar os problemas ambientais amparada no discurso do "desenvolvimento sustentável".

A institucionalização PNMA, em 1981, representou significativo avanço no bojo da gestão ambiental do meio ambiente exercida pelo Estado brasileiro e demarcou a educação ambiental

como um dos seus princípios: "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa o meio ambiente" (BRASIL, 1981). Dada sua importância, em 1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, ampliando sua visibilidade social.

A partir desses marcos institucionais, a educação ambiental passa a consolidar-se como um dos elementos constitutivos das atividades de mitigação face aos processos de licenciamento ambiental (importante instrumento da PNMA que integra a gestão pública do meio ambiente no Brasil). Registra-se, no contexto do licenciamento de atividades de produção de petróleo e gás, a presença do Serviço Social exercendo educação ambiental enquanto demanda que envolveu atividades de pesquisa e extensão no âmbito universitário¹⁵. Loureiro (2009, p.5) assevera que,

No que se refere ao processo de gestão ambiental, a presença da educação ambiental ganhou notoriedade e reconhecimento quanto à sua importância estratégica para a socialização de informações e conhecimentos, a autonomia dos grupos sociais, a participação popular e a democratização das decisões.

De acordo com os argumentos do autor, a educação ambiental enquanto prática de socialização de conhecimentos e informações implica a função de construção de consciências social e ambientalmente críticas em prol de propor soluções rumo a novos padrões de produção e trato com o meio ambiente. Inserida no terreno do licenciamento ambiental, a educação ambiental tem possibilidades de ser concebida considerando os determinantes da "questão ambiental" pautados na forma como o capitalismo realiza a produção, através da exploração e dilapidação das principais fontes de onde jorra a riqueza: a classe trabalhadora e a natureza.

O debate sobre a "questão ambiental" vem ocupando significativo espaço no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social, principalmente baseado na teoria social crítica a qual possibilitou um avanço acadêmico-científico importante para a profissão. Pereira (2018), Silva (2015), Silveira (2015), Bourckhardt (2010) e Corrêa (2010), em suas dissertações de mestrado, analisaram a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a temática

¹⁵ Refere-se especificamente ao Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras -PEAC, executado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (2009-2016), o qual resultou na coletânea referência para as formulações deste artigo intitulada "Educação ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente", publicada em 2012.

ambiental e ressaltam que há uma predominância das discussões a partir dos anos 2000 e que há um importante avanço teórico, porém quantitativo reduzido de produções comparado aos temas mais debatidos no âmbito da profissão, a exemplo das políticas sociais, principalmente saúde e assistência social. Um ponto relevante asseverado por Bourckhardt (2010) consiste na necessidade da profissão aprofundar estudos sobre a temática considerando categorias centrais na perspectiva crítica, tais como: relações de produção, alienação, metabolismo, forças produtivas, desenvolvimento, racionalidade, ideologia, entre outras que norteiam a elaboração de leis e políticas ambientais.

Entre as iniciativas do período recente que indicam a presença da referida temática entre assistentes sociais é do seu estabelecimento como um dos eixos de apresentação de trabalho no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), importantes eventos da categoria que contribuem com a formação continuada e produção científica. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desenvolve o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) em Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, cujo objetivo consiste em

[...] aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 463-464).

Em relação aos livros que estabelecem uma relação entre Serviço Social e a temática ambiental, localiza-se um número reduzido de obras, a saber: o livro intitulado "Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social" publicado pela editora Cortez em 2010, autoria de Maria das Graças e Silva; "Educação ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente, publicado pela editora UFS em 2012, organização de Nailsa Maria Sauza Araújo, Josiane Soares Santos e Maria das Graças e Silva, trata-se de uma coletânea fruto de vivências de pesquisa e atividades de extensão, e, o livro "Questão Ambiental e "Questão Social": uma contribuição à crítica ao debate ideopolítico sobre a "pobreza" da natureza e a "natureza" da pobreza", autoria de Carla Alessandra da Silva Nunes, publicado pela editora Dialética em 2022, trata-

se de um livro cujo objetivo consiste em analisar a relação entre "questão ambiental" e pobreza que aparece nas formulações ideopolíticas dos organismos internacionais.

Os estudos destacados abordam diversas nuances da "questão ambiental", tais como: desenvolvimento sustentável, degradação/devastação ambiental, educação ambiental, sustentabilidade e conflitos socioambientais, entre outras. Apontam que as manifestações e consequências da exploração e destruição da natureza afetam os segmentos populacionais de maneiras diferentes. Neste cenário, os grupos mais vulneráveis estão susceptíveis a riscos, tendo em vista que a concentração de renda e o exercício do poder da classe detentora da riqueza que possibilita impor a classe trabalhadora maiores prejuízos. Neste sentido, ressalta-se que o Serviço Social brasileiro, pensamento hegemônico, tem direção de classe, e, apresentar respostas à "questão ambiental" referenciadas no projeto ético-político profissional, seja em espaços sócio-ocupacionais ou no campo da produção do conhecimento, significa imprimir nestes espaços os interesses e valores universalizantes da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou de discutir elementos que estabelecem a relação entre Serviço Social e "questão ambiental". Delineou-se que as transformações societárias nos marcos do sistema capitalista, em seu estágio imperialista, determinam uma relação humana com a natureza caracterizada pela exacerbação da destrutividade das condições básicas de sobrevivência, isto é, configurada na perdularidade e desperdício dos recursos naturais, como requisição para auto-reprodução do sistema. Buscou demarcar que as constantes mudanças direcionadas pelo capital determina espaços sócio-ocupacionais para a profissão e alimentam objetos de reflexão sistematizados principalmente no âmbito da produção do conhecimento.

A relação entre Serviço Social e "questão ambiental" é prenhe de desafios, pois o campo da "questão ambiental" é permeado por disputas ideológicas, sua direção hegemônica está pautada na racionalidade conservadora/imediatista. Porém, a "questão ambiental" consiste em terreno possível de exercer a função "de um educador político; um educador comprometido

com uma política democrática [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 79).

Com a crescente produção do conhecimento sobre a temática ambiental, a profissão vem amadurecendo reflexões e o reconhecimento da importância da “questão ambiental” já está consolidado, tendo em vista que a relação entre sociedade e natureza não tem apenas como consequências impactos ecológicos destrutivos, mas envolve aspectos sociais em que tais afetam de maneira diferente as classes. As demandas de intervenção nas políticas ambientais, sejam públicas ou privadas, estão cada vez mais permitindo desvelar a maneira pela qual a destrutividade da natureza pelo capital exponencia a “questão social”. Portanto, “questão ambiental” constitui-se mediação relevante para compreender as desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista, possibilitando contribuir com estratégias de intervenção direcionadas para a construção de consciências críticas. “Questão ambiental” não é objeto exclusivo de assistentes sociais e os estudos cada vez mais crescentes vem abrindo espaços para diálogos com outras categoriais profissionais possibilitando o fortalecimento de contraposições à barbárie da sociabilidade arquitetada pelo sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Proposta de Ementa. Temporalis, Brasília (DF): ABEPSS, ano 12, n. 24, p. 461-466, jul./dez. 2012.

ABREU, Mariana. **Serviço Social e a organização da cultura**. São Paulo, Cortez, 2002.

AMARAL, Ângela S. do. CESAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS. 2009, p. 411-427.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. **O Serviço Social como Trabalho: alguns apontamentos sobre o debate**. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 93, p. 5-28, 2008.

ARAÚJO, N.M.S. et al. **“Questão ambiental” e política de meio ambiente: desafios ao Serviço Social brasileiro**. In: *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.15, n.1, p.121-129, jan/jun.2011.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURCKHARDT, Vandeneia. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o serviço social**. 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.968** de 13 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. República Federativa do Brasil. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. República Federativa do Brasil. Brasília.

CORRÊA, Deborah Cristina. **O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?** 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2.^a Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GOMES, G. F. **Conflitos socioambientais e o direito a água**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10^o ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 37-74.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental** –2 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 28^a ed.– livro I. Tradução. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. Capítulo I.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000**. In: **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios**. Recife. Editora UFPE, 2014. p. 23-43.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NUNES, Leticia Soares. **Questão socioambiental e formação profissional: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate?**. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. - Florianópolis. 2018.

NUNES, C.A. da Silva. **"Questão Ambiental e "Questão Social": uma contribuição à crítica ao debate ideopolítico sobre a "pobreza" da natureza e a "natureza" da pobreza"**. Editora Dialética, 2022.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAFAEL, Paula Raquel Bezerra. **A "questão ambiental" e o trabalho das assistentes sociais nos programas socioambientais das empresas em Recife**. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE (dissertação), 2008.

SANTOS, J.S.; ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social e a gestão pública do meio ambiente. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J.S.; SILV, M.G. (Org). **Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente**. Aracaju: Editora da UFS, 2012. P.63-100).

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo Contemporâneo e "questão ambiental": o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. - Recife: O Autor, 2008.

SILVA, M.G.; SANTOS, J.S.; ARAÚJO, N. M. S. **"Consumo consciente": o ecocapitalismo como ideologia**. Revista Katálysis. Florianópolis, v.15, n.1, p.95-111, jan/jun.2012.

SILVA, S. C. da. **Produção de conhecimento do serviço social sobre a questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos**. 2015,150f. Dissertação (Mestrado Serviço Social) -Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVEIRA, João P. Borges da. **Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do serviço social**. 2015. Dissertação (Mestrado Serviço Social) -Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.